

URBANISMO TRAVESTY ENSAIOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO ENTRE O SAGRADO E O PROFANO

Dada uma cidade, e a partir daqui me refiro especificamente a São Paulo - SP, que explicita os limites reais da promessa constitucional, sua lógica não apenas reflete tais restrições, mas as engendra como estratégia de controle. Ou seja, esta paisagem disfuncional, no que tange à possibilidade de efetivar um mundo comum, capaz de assegurar a vida, se figura como um entrecruzamento espaço-tempo (Foucault, 1967), em que se condensam forças históricas e políticas que produzem, e são produzidas por, relações desiguais de poder. O que foi articulado então, é um dispositivo que administra contradições a partir de critérios impostos pelas classes dominantes, convertendo o território em campo de disputa pelo direito de existir e permanecer.

É justamente aqui que se escancara a fratura da existência travesti, por se tratar de uma corporalidade moldada pelo espaço. As pessoas transfemininas não estão simplesmente à margem; são recusadas pela própria ideia de espaço, concebido a partir de estruturas que nunca as tiveram como parte legítima. E assim se tornam habitantes dessa suspensão espaço-tempo, não pela ausência, mas pela intolerabilidade de sua presença, configurada como um erro cartográfico. Sua territorialidade é sabotada antes mesmo do nascimento por um sistema que só reconhece como legítimo o que pode ser domesticado. Desse modo, o corpo trans, que escapa à normativa cisgênera e heteropatriarcal que estruturou a produção do urbano, é permanentemente mantido

em estado de vigilância e manejo às margens socioespaciais, por ser o mais próximo que se pode chegar de um não-ser.

Desse modo, frente a um desenvolvimento urbano que se deteve na recriação da estrutura de poder dominante, a cidade finda por propagar estratégias políticas de controle e agenciamento das vidas, com o intuito de segregar, precarizar e oprimir grupos em função do acúmulo de riquezas de outros (Rolnik, 2019). E aqui retomo o trecho do canção "Balada de Gisberta", interpretada por Maria Bethânia, que conduziu todo o processo: Do que serve voltar, quando se volta para o nada? - indo além - Do que serve um projeto de cidade que apenas reproduz estruturas desiguais, se as bases em que ele se ergue não são reavaliadas?

PRÓTESES URBANAS

Assim, o que se torna necessário, nesse caso, é o tensionamento da própria noção de propriedade como fundamento da organização urbana, não só como uma estrutura jurídica ou territorial, mas também como um regime moral. E que, como tal, define o que pode ser considerado legítimo, habitável, digno de proteção; e o que deve ser eliminado. Essa esfera privada, no entanto, não existe de forma hermética ou apartada de suas ideologias estruturantes; ela é moldada por parâmetros normativos e normalizantes, atravessados por interesses de classe, de gênero e de sexualidade.

É a partir dessa leitura que a proposta projetual se debruça. As próteses urbanas operam como dispositivos de ruptura que tensionam as lógicas fundadoras da cidade: não como apêndices parasitários, mas como fraturas no corpo normativo do urbano, instaurando zonas de ambiguidade onde o que era tido como territorial, mas também como um regime moral. E que, como tal, define o que pode ser considerado legítimo, habitável, digno de proteção; e o que deve ser eliminado. Essa esfera privada, no entanto, não existe de forma hermética ou apartada de suas ideologias estruturantes; ela é moldada por parâmetros normativos e normalizantes, atravessados por interesses de classe, de gênero e de sexualidade.

Como o corpo das pessoas transfemininas é atravessado por intervenções que lhe permitem habitar o mundo de maneira mais justa para si, também o espaço precisa ser violentamente

reconfigurado para deixar de reproduzir a lógica que o constituiu como arma. O redesenho do corpo do lote urbano, portanto, torna-se metáfora e ação concreta: a prótese como reconfiguração que, ao invés de complementar um corpo faltante, recusa a norma do corpo original. Tornar o corpo-lote um lugar habitável é, portanto, recusar sua função histórica de disciplinar e excluir. E, talvez, mais que isso: é inscrever nele a possibilidade de uma cidade em que as travestis não apenas sobrevivam, mas habitem com dignidade, fúria e prazer.

Diante disso, Como inscrever gramáticas dissidentes no espaço da cidade sem recair na reiteração da norma que pretendem romper? A prótese aqui proposta não se distribui pela urbe

de forma intuitiva: sua inserção foi guiada por um percurso metodológico sustentado na escuta, na leitura e na presença. Primeiro, uma leitura da conformação histórica enquanto zona de prostituição à sua dinâmica atual. Depois, as visitas de reconhecimento permitiram mapear potências latentes, brechas, fluxos e pontos de tensão. Por fim, o diálogo com frequentadoras da região, suas percepções e desejos, orientou em parte a base programática das intervenções.

Outro fator ponderado ao se pensar uma proposta destinada a uma população sistematicamente marginalizada é a garantia de suporte imediato à vida. Tratar de diretrizes emergenciais, no entanto, é já partir de uma contradição brutal: como estabelecer mínimos a quem historicamente teve tudo negado? O que aqui se convencionou chamar de "mínimo" - descanso, higiene, formação, lazer, acolhimento - é, na verdade, aquilo que sempre foi recusado às travestis nas engrenagens da cidade. Propor, então, esse conjunto de suportes não é oferecer benevolência, mas reconhecer que a própria arquitetura deve se curvar à urgência da reparação.

Indo além, essas próteses urbanas operam a partir de duas estratégias principais: adição e subtração. Em determinados casos, trata-se da adição de volumes a estruturas pré-existentis; marquises, empenas cegas, fachadas, acoplamentos que tensionam a paisagem cotidiana ao introduzir novas presenças nos

interstícios da cidade. Em outros, o gesto é de subtração: a remoção de elementos arquitetônicos consolidados, como o rompimento de muros, a retratada parcial de edifícios ou a abertura de passagens em esquinas historicamente utilizadas no contexto da prostituição. São intervenções que desorganizam a lógica da propriedade e do controle, reabrindo o espaço ao fluxo da vida dissidente - sempre ancoradas em diretrizes que reconhecem essas existências não como problema a ser contido, mas como potência a ser acolhida e sustentada. Nessas ações, a cidade acaba por ganhar seios: redesenha suas lógicas a partir do esmaecimento das fronteiras, tornando-se um lugar mais generoso para as travestis.

Adiante, é fundamental reconhecer um traço essencial dessas intervenções: elas não são estáticas nem encerram sua existência no instante de sua montagem. Pelo contrário, tal como a cidade e as pessoas que nela habitam, são estruturas em permanente mutação, organismos vivos e vivíveis que geram reverberações contínuas no tecido urbano ao qual se acoplam. São próteses transformadoras, que ficarão ou não, dependendo das próprias dinâmicas que gerarão. Elas não oferecem uma resposta única ou definitiva, mas se transformam com o tempo, reagem aos deslocamentos, acompanham as fugas e se reconstituem a partir das potências que o próprio tempo fornece. Não temem a transformação - antes, a acolhem como método.

